

# **Demonstrações contábeis**

## **Foz do Rio Claro Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.5 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a divulgação da demonstração do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de erros, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 1º de março de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Adicionalmente, o exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais correspondem aos saldos de abertura do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2019. Como parte dos nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.5 que foram efetuados para alterar os saldos de abertura do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

### Empréstimos e financiamentos e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 109.401 mil. A Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“*covenants* financeiros”) em conexão com esses contratos.

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

*Como nossa auditoria conduziu este assunto:*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos e financiamentos e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 12.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes *covenants* financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



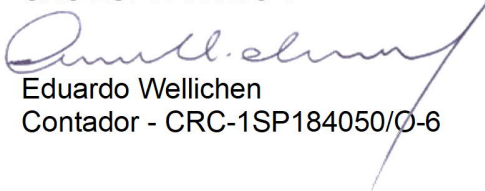
São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen  
Contador - CRC-1SP184050/O-6



**Foz do Rio Claro Energia S.A.****Balço patrimonial**

31 de dezembro 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>01/01/2019</b>
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>70.956</b>	<b>36.416</b>	<b>28.188</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.003	23.357	14.858
Contas a receber de clientes	6	10.168	11.394	10.741
Adiantamento a fornecedores		377	-	-
Despesas pagas antecipadamente	7	384	1.633	2.550
Outros ativos	8	24	32	39
<b>Não circulante</b>		<b>314.970</b>	<b>325.218</b>	<b>332.769</b>
Títulos e valores mobiliários	5	6.960	7.756	8.963
Tributos e contribuições sociais a compensar		50	130	130
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.274
Outros ativos	8	887	1.947	246
Imobilizado	9	301.676	309.910	316.591
Intangível	10	5.397	5.475	5.565
<b>Total do ativo</b>		<b>385.926</b>	<b>361.634</b>	<b>360.957</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>82.763</b>	<b>32.949</b>	<b>36.073</b>
Fornecedores	11	7.269	4.852	7.698
Empréstimos e financiamentos	12	17.780	15.982	15.976
Arrendamentos	20.1	49	69	-
Salários e férias a pagar		649	567	509
Tributos e contribuições sociais a recolher	13	2.584	2.479	2.075
Dividendos declarados	20.1	52.613	6.417	7.045
Uso do bem público	11	450	451	429
Encargos setoriais		1.369	2.132	2.341
<b>Não circulante</b>		<b>99.875</b>	<b>105.288</b>	<b>121.376</b>
Empréstimos e financiamentos	12	91.621	97.612	112.884
Arrendamentos	20.1	142	194	-
Uso do bem público	11	3.528	3.646	3.397
Provisão para contingências	14	3.030	2.282	2.167
Outras obrigações		1.554	1.554	2.928
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>203.288</b>	<b>223.397</b>	<b>203.508</b>
Capital social	15	168.270	168.270	168.270
Reserva de lucros		35.018	55.127	35.238
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>385.926</b>	<b>361.634</b>	<b>360.957</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.****Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>76.014</b>	<b>77.812</b>
		Reapresentado	Reapresentado
<b>Custos operacionais</b>			
Custos dos serviços prestados		(19.176)	(17.030)
Compra de energia elétrica		(6.658)	(7.582)
Depreciação e amortização		(9.934)	(9.930)
Utilização do bem público - UBP		(83)	(83)
	<b>18</b>	<b>(35.851)</b>	<b>(34.625)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>40.163</b>	<b>43.187</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(1.062)	(899)
Pessoal		(1.875)	(2.234)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>20.3</b>	(246)	(307)
Depreciação e amortização		(70)	(104)
Outras receitas		160	-
	<b>18</b>	<b>(3.093)</b>	<b>(3.544)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>37.070</b>	<b>39.643</b>
Despesas financeiras	<b>19</b>	(8.583)	(11.331)
Receitas financeiras	<b>19</b>	128	739
		<b>(8.455)</b>	<b>(10.592)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>28.615</b>	<b>29.051</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>21</b>	(2.528)	(2.745)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>26.087</b>	<b>26.306</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>16</b>	<b>0,2400</b>	<b>0,2420</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação preferencial - R\$</b>	<b>16</b>	<b>0,2400</b>	<b>0,2420</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
	Reapresentado	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	26.087	26.306
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>26.087</b>	<b>26.306</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)</b>	<b>168.270</b>	<b>2.690</b>	<b>32.548</b>	-	<b>203.508</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.306	26.306
Reserva Legal	-	1.352	-	(1.352)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.417)	(6.417)
Transferência para reserva de lucros	-	-	18.537	(18.537)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)</b>	<b>168.270</b>	<b>4.042</b>	<b>51.085</b>	-	<b>223.397</b>
Dividendos distribuídos	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.087	26.087
Reserva Legal	-	1.304	-	(1.304)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.196)	(6.196)
Transferência para reserva de lucros	-	-	18.587	(18.587)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)</b>	<b>168.270</b>	<b>5.346</b>	<b>29.672</b>	-	<b>203.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado	Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.615	29.051
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	<b>9 e 10</b>	10.086	10.117
Repactuação do risco hidrológico		1.274	2.547
Encargos de dívidas	<b>12</b>	7.940	10.228
Outras variações monetárias líquidas		343	1.092
Receita de aplicações financeiras		-	(292)
Perdas na baixa de imobilizado	<b>9</b>	18	301
Provisão e estorno para contingências		748	-
Baixa depósitos judiciais		438	248
		<b>49.462</b>	<b>53.292</b>
<b>Redução (aumento) no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		1.226	(653)
Tributos e contribuições sociais a compensar		80	(167)
Depósitos judiciais		(10)	374
Despesas pagas antecipadamente		(25)	(483)
Outros ativos circulantes e não circulantes		263	(760)
		<b>1.534</b>	<b>(1.689)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores		2.420	(2.846)
Taxas regulamentares e setoriais		(762)	134
Salários, férias e encargos sociais		83	58
Impostos e contribuições sociais a recolher		(66)	236
Outros passivos circulantes e não circulantes		(442)	(2.512)
		<b>1.233</b>	<b>(4.930)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(2.362)</b>	<b>(2.410)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>49.867</b>	<b>44.263</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em títulos e valores mobiliários		972	9.576
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(176)	(8.077)
Adições no imobilizado	<b>9</b>	(1.788)	(4.612)
Adições no intangível	<b>10</b>	(11)	(24)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.003)</b>	<b>(3.137)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de dividendos		-	(7.045)
Amortização de principal arrendamentos		(67)	(62)
Amortização de juros de arrendamentos		(18)	(26)
Amortização de principal do financiamento	<b>12</b>	(8.115)	(15.610)
Amortização de juros do financiamento	<b>12</b>	(4.018)	(9.884)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(12.218)</b>	<b>(32.627)</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>36.646</b>	<b>8.499</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	<b>4</b>	23.357	14.858
Saldo no final do exercício	<b>4</b>	60.003	23.357
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>36.646</b>	<b>8.499</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
**Demonstração do valor adicionado**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas</b>			
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	17	79.883	81.746
Outras Receitas		160	-
		<u>80.043</u>	<u>81.746</u>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(6.658)	(7.582)
Encargos do uso da rede elétrica		(6.512)	(6.176)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(1.586)	(1.928)
Serviços de terceiros		(4.198)	(4.480)
Materiais		(732)	(329)
Outros custos operacionais		(5.783)	(3.669)
		<u>(25.469)</u>	<u>(24.164)</u>
<b>(-) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)</b>			
	9 e 10	<u>(10.087)</u>	<u>(10.117)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receita financeira		128	739
		<u>128</u>	<u>739</u>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>			
		<b><u>44.615</u></b>	<b><u>48.204</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		2.198	2.458
Benefícios		499	608
Auxílio alimentação		195	257
Assistência médica e odontológica		258	291
Previdência Privada		34	43
Outros		12	17
FGTS		185	195
		<u>2.882</u>	<u>3.261</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
<b>Federais</b>			
INSS		439	512
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		954	951
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.528	2.745
PIS e COFINS		2.915	2.983
Outros impostos e taxas		159	13
		<u>6.995</u>	<u>7.204</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros s/ empréstimos e financiamentos		7.940	10.228
Juros s/ arrendamentos		18	26
Aluguéis		68	102
Outras despesas financeiras		625	1.077
		<u>8.651</u>	<u>11.433</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Lucro do exercício		26.087	26.306
		<u>26.087</u>	<u>26.306</u>
		<b><u>44.615</u></b>	<b><u>48.204</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1 Informações gerais

A Foz do Rio Claro Energia S/A (Companhia), é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 10.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	19,5 MW (megawatts)
				<b>68,4 MW (megawatts)</b>	<b>39 MW (megawatts)</b>

## **Impactos do COVID 19**

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de caráter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, de forma que todos os colaboradores do escritório corporativo estão habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no durante o exercício 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.



Adicionalmente, no início de maio de 2020, a Companhia assinou aditivo ao contrato de financiamento junto ao BNDES, com o objetivo de suspender por 6 meses, de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 os pagamentos dos valores de principal e juros do financiamento. Esse aditivo visou o aumento do capital de giro dessa Companhia e foi concedido pelo BNDES para combate aos impactos da pandemia de Covid-19 no país.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve outros impactos relevantes na Companhia, além dos divulgados acima, que pudessem requerer alguma mensuração e/ou divulgação adicional nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

#### Repactuação do GSF (*Generation Scaling Factor*) – Geradoras

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do Prazo de Outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
1.953	18.921

O prazo de adesão para a Resolução Homologatória é de 60 dias corridos da data de emissão de cada resolução.

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, desta forma, não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas no trimestre findo em 30 de setembro de 2021, pois está aguardando o retorno dos Termos assinados pela ANEEL, o que não ocorreu até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de novembro de 2021.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

### 2.5 Reapresentação dos valores correspondentes

Em conexão com a intenção da Companhia em efetuar o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria “B”, a Administração da Companhia ajustou e está reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e 1º de janeiro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com o propósito de:

- a) Correção de erros/reclassificações e aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, conforme requerido pelo CPC 23 Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Correção de Erros. Nesse contexto os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e 1º de janeiro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão sendo reapresentados, em função do reconhecimento de:
- (i) Complemento da depreciação acumulada do imobilizado e amortização acumulada do intangível, com respectivo impacto na despesa de depreciação e amortização;
  - (ii) Reclassificação de saldos de adiantamento de fornecedores de imobilizado, anteriormente classificados como adiantamento a fornecedores, e custos com desapropriação de terras e construção da infraestrutura de geração, anteriormente classificados como depósitos judiciais, para imobilizado em curso;
  - (iii) Ajuste no cálculo dividendos declarados em função dos impactos do item (i);
  - (iv) Reconhecimento de passivo com fornecedores de imobilizado;
  - (v) Reclassificação de saldos de ativos intangíveis anteriormente classificados como imobilizado; e
  - (vi) Reclassificação de títulos e valores mobiliários com prazo de realização superior a 365 dias do ativo circulante para o ativo não circulante.
- b) Apresentação da demonstração do valor adicionado.

Os assuntos citados acima produziram os seguintes impactos em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Patrimônio Líquido			Resultado	
	31-12-20	31-12-19	01-01-19	31-12-20	31-12-19
<b>Saldos originalmente apresentados</b>	210.355	229.919	209.316	26.802	27.020
(i) Complemento de depreciação e amortização	(7.237)	(6.522)	(5.808)	(715)	(714)
(iii) Dividendos	170	-	-	-	-
<b>Saldos reapresentados</b>	<b>203.288</b>	<b>223.397</b>	<b>203.508</b>	<b>26.087</b>	<b>26.306</b>

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

### 2.5 Reapresentação dos valores correspondentes – Continuação

	31/12/2020			31/12/2019			01/01/2019		
	Original	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes/ Reclassificações	Reapresentado
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>	<b>70.956</b>	-	<b>70.956</b>	<b>36.416</b>	-	<b>36.416</b>	<b>37.151</b>	<b>(8.963)</b>	<b>28.188</b>
Outros ativos	70.956	-	70.956	36.416	-	36.416	28.188	-	28.188
Títulos e valores mobiliários	(vi)	-	-	-	-	-	8.963	(8.963)	-
<b>Não circulante</b>	<b>320.816</b>	<b>(5.846)</b>	<b>314.970</b>	<b>331.740</b>	<b>(6.522)</b>	<b>325.218</b>	<b>329.614</b>	<b>3.155</b>	<b>332.769</b>
Títulos e valores mobiliários	(vi)	6.960	-	6.960	7.756	-	7.756	-	8.963
Outros ativos		924	-	924	1.636	-	1.636	2.149	2.149
Depósitos judiciais	(ii)	3.077	(3.039)	38	3.505	(3.039)	466	6.635	(3.039)
Adiantamento a fornecedores	(iii)	1.012	(1.012)	-	1.012	(1.012)	-	1.012	(1.012)
Imobilizado	(i, ii e v)	307.501	(5.850)	301.651	316.411	(6.526)	309.885	318.308	(5.812)
Intangível	(v)	1.342	4.055	5.397	1.420	4.055	5.475	1.510	4.055
<b>Total do ativo</b>	<b>391.772</b>	<b>(5.846)</b>	<b>385.926</b>	<b>368.156</b>	<b>(6.522)</b>	<b>361.634</b>	<b>366.765</b>	<b>(5.808)</b>	<b>360.957</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>	<b>81.542</b>	<b>1.221</b>	<b>82.763</b>	<b>32.949</b>	-	<b>32.949</b>	<b>36.073</b>	-	<b>36.073</b>
Outros passivos		22.881	-	22.881	21.680	-	21.680	21.330	-
Fornecedores	(iv)	5.878	1.391	7.269	4.852	-	4.852	7.698	-
Dividendos declarados	(iii)	52.783	(170)	52.613	6.417	-	6.417	7.045	-
<b>Não circulante</b>	<b>99.875</b>	-	<b>99.875</b>	<b>105.288</b>	-	<b>105.288</b>	<b>121.376</b>	-	<b>121.376</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>210.355</b>	<b>(7.067)</b>	<b>203.288</b>	<b>229.919</b>	<b>(6.522)</b>	<b>223.397</b>	<b>209.316</b>	<b>(5.808)</b>	<b>203.508</b>
Capital social		168.270	-	168.270	168.270	-	168.270	-	168.270
Reservas de lucros	(i e iii)	42.085	(7.067)	35.018	61.649	(6.522)	55.127	41.046	(5.808)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>391.772</b>	<b>(5.846)</b>	<b>385.926</b>	<b>368.156</b>	<b>(6.522)</b>	<b>361.634</b>	<b>366.765</b>	<b>(5.808)</b>	<b>360.957</b>

	31/12/2020			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>76.014</b>		<b>76.014</b>	<b>77.812</b>		<b>77.812</b>
<b>Custos operacionais</b>						
Outros Custos operacionais		(25.834)	-	(25.834)	(24.695)	-
Depreciação e amortização	(i)	(9.302)	(715)	(10.017)	(9.216)	(714)
	<b>(35.136)</b>	<b>(715)</b>	<b>(35.851)</b>	<b>(33.911)</b>	<b>(714)</b>	<b>(34.625)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>40.878</b>	<b>(715)</b>	<b>40.163</b>	<b>43.901</b>	<b>(714)</b>	<b>43.187</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(3.093)</b>	-	<b>(3.093)</b>	<b>(3.544)</b>	-	<b>(3.544)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>37.785</b>	<b>(715)</b>	<b>37.070</b>	<b>40.357</b>	<b>(714)</b>	<b>39.643</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(8.455)</b>	-	<b>(8.455)</b>	<b>(10.592)</b>	-	<b>(10.592)</b>
Despesas Financeiras		(8.583)	-	(8.583)	(11.331)	-
Receitas financeiras		128	-	128	739	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>29.330</b>	<b>(715)</b>	<b>28.615</b>	<b>29.765</b>	<b>(714)</b>	<b>29.051</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.528)	-	(2.528)	(2.745)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>26.802</b>	<b>(715)</b>	<b>26.087</b>	<b>27.020</b>	<b>(714)</b>	<b>26.306</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,2465</b>		<b>0,2400</b>	<b>0,2486</b>		<b>0,2420</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação preferencial - R\$</b>	<b>0,2465</b>		<b>0,2400</b>	<b>0,2486</b>		<b>0,2420</b>

	31/12/2020			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>26.802</b>	<b>(715)</b>	<b>26.087</b>	<b>27.020</b>	<b>(714)</b>	<b>26.306</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>26.802</b>	<b>(715)</b>	<b>26.087</b>	<b>27.020</b>	<b>(714)</b>	<b>26.306</b>

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

### 2.5 Reapresentação dos valores correspondentes – Continuação

		31/12/2020			31/12/2019		
		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>							
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(i)	29.330	(715)	28.615	29.765	(714)	29.051
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>							
Depreciação e amortização	(i)	9.372	715	10.087	9.403	714	10.117
Outros		10.414	-	10.414	13.417	-	13.417
		<b>49.116</b>	<b>-</b>	<b>49.116</b>	<b>52.585</b>	<b>-</b>	<b>52.585</b>
<b>Aumento (redução) no ativo</b>		<b>1.554</b>	<b>-</b>	<b>1.554</b>	<b>(1.689)</b>	<b>-</b>	<b>(1.689)</b>
<b>Redução (aumento) no passivo</b>	(ii e iv)	<b>167</b>	<b>1.392</b>	<b>1.559</b>	<b>(4.223)</b>	<b>-</b>	<b>(4.223)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(2.362)</b>	<b>-</b>	<b>(2.362)</b>	<b>(2.410)</b>	<b>-</b>	<b>(2.410)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	(ii e iv)	<b>48.475</b>	<b>1.392</b>	<b>49.867</b>	<b>44.263</b>	<b>-</b>	<b>44.263</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos</b>	(ii e iv)	<b>389</b>	<b>(1.392)</b>	<b>(1.003)</b>	<b>(3.137)</b>	<b>-</b>	<b>(3.137)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(12.218)</b>	<b>-</b>	<b>(12.218)</b>	<b>(32.627)</b>	<b>-</b>	<b>(32.627)</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>36.646</b>	<b>-</b>	<b>36.646</b>	<b>8.499</b>	<b>-</b>	<b>8.499</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>							
Saldo no início do exercício		23.357	-	23.357	14.858	-	14.858
Saldo no final do exercício		60.003	-	60.003	23.357	-	23.357
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>36.646</b>	<b>-</b>	<b>36.646</b>	<b>8.499</b>	<b>-</b>	<b>8.499</b>

### 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00);
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48); e
- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. (alterações ao CPC 06 (R2)).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis.

## 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### 3.1 Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

#### 3.1 Instrumentos financeiros – Continuação

##### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.1 Instrumentos financeiros – Continuação**

##### ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **Desreconhecimento**

##### ***Ativo Financeiro***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

##### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.2 Redução ao valor recuperável**

##### **Ativos financeiros não-derivativos**

###### *Instrumentos financeiros*

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

###### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

###### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.



### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.2 Redução ao valor recuperável - Continuação**

##### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

##### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

##### **Ativos não financeiros**

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

#### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação**

#### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

#### **3.5 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

#### **3.6 Tributação**

##### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

##### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação**

#### **3.6 Tributação – Continuação**

##### *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

#### **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

#### **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

#### **3.9 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 224,98 MW/h (R\$ 223,51 MW/h em 2019), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação**

#### **3.9 Receita de geração de energia elétrica - Continuação**

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

#### **3.10 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

#### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

#### **3.12 Informação por segmento**

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa:</u></b>			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	2.708	23.353
Aplicações financeiras automáticas Até 20% do CDI		57.291	-
		<b>60.003</b>	<b>23.357</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa de valor em caso de resgate antecipado.

## 5 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
				Reapresentado
BNDES	De 90% até 97% do CDI	6.960	7.756	8.963

Referem-se a valores mantidos para constituição de conta reserva definida no contrato de financiamento da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

Em 2019 a Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável. Em 2020 a Administração da Companhia manteve esse valor em conta corrente.

## 6 Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
Suprimento de energia elétrica	8.914	8.800
Liquidação positiva CCEE	1.254	2.594
	<b>10.168</b>	<b>11.394</b>

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Liquidação positiva CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhuma provisão para créditos deliquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

## 7 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
Prêmio de seguros - diversos	384	359
Prêmio de seguros - risco hidrológico	-	1.274
	<b>384</b>	<b>1.633</b>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. Em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro. O registro inicial (R\$ 11.462 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 4 anos e 6 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A amortização desse valor foi feita de forma linear no período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

A partir de julho de 2020, a Companhia passou a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL.

## 8 Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Outros ativos</u></b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Adiantamentos diversos (i)	24	32
	<b>24</b>	<b>32</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Imposto de Renda diferido (ii)	309	309
Contribuição Social diferida (ii)	111	111
Pesquisa e desenvolvimento (iii)	429	1.061
Depósitos judiciais (iv)	38	466
	<b>887</b>	<b>1.947</b>

## 8 Outros ativos - Continuação

Este saldo é composto por:

- (i) Os adiantamentos são antecipação de verbas trabalhistas (salários, férias e 13ºsalários) e adiantamento referente a reembolso de despesas de viagens.
- (ii) IRPJ e a CSLL diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais e às bases negativas, e que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Companhia estima a realização da totalidade do ativo fiscal diferido no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022.
- (iii) São valores destinados a obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D que são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica, conforme detalhado na nota explicativa 3.7.
- (iv) Depósito judicial é um instrumento legal que busca garantir o pagamento de uma obrigação financeira dentro de um processo judicial.

## 9 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
		Reapresentado				Reapresentado
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	-	8.746	-	-	25	8.771
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	120.376	-	-	1.391	121.767
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	168.931	94	(21)	-	169.004
Veículos	15%	60	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	55	-	(2)	-	53
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	325	-	(5)	-	320
Em curso		4.425	1.692	-	(1.416)	4.701
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>401.947</b>	<b>1.786</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>403.705</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(25.053)	(2.665)	-	-	(27.718)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(19.073)	(2.025)	-	-	(21.098)
Máquinas e Equipamentos		(47.758)	(5.228)	3	-	(52.983)
Veículos		(51)	(7)	-	-	(58)
Móveis e Utensílios		(29)	(3)	2	-	(30)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(73)	(69)	-	-	(142)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(92.037)</b>	<b>(9.997)</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>(102.029)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>309.910</b>	<b>(8.211)</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>301.676</b>

## 9 Imobilizado - Continuação

Taxa média anual de depreciação	01/01/2019	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2019
	Reapresentado				Reapresentado
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	-	7.376	1.370	-	8.746
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	120.364	12	-	120.376
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	-	-	99.029
Máquinas e Equipamentos	3%	168.826	107	(2)	168.931
Veículos	15%	60	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	55	-	-	55
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	-	325	-	325
Em curso		2.917	3.123	(301)	(1.314)
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>398.627</b>	<b>4.937</b>	<b>(303)</b>	<b>(1.314)</b>
					<b>401.947</b>
<b>De preciação</b>					
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(22.389)	(2.664)	-	(25.053)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(17.048)	(2.025)	-	(19.073)
Máquinas e Equipamentos		(42.533)	(5.225)	-	(47.758)
Veículos		(42)	(11)	2	(51)
Móveis e Utensílios		(24)	(5)	-	(29)
Direito de Uso sobre Arrendamento		-	(73)	-	(73)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(82.036)</b>	<b>(10.003)</b>	<b>2</b>	<b>(92.037)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>316.591</b>	<b>(5.066)</b>	<b>(301)</b>	<b>(1.314)</b>
					<b>309.910</b>

Na reapresentação de 01 de janeiro de 2019, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 2.756 referentes a gastos com desapropriações de terrenos para o ativo Imobilizado em curso, o qual estava anteriormente classificado como depósitos judiciais. O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2020 refere-se a montantes em discussão judicial.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.



## 10 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
		Reapresentado		Reapresentado
<b>Em serviço</b>				
Servidões (*)	0%	4.303	-	4.303
Software	20%	101	11	112
Outros intangíveis	19%	187	-	187
Uso do bem público - UBP	3%	2.593	-	2.593
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>7.184</b>	<b>11</b>	<b>7.195</b>
<b>Amortização</b>				
Software		(77)	(6)	(83)
Outros intangíveis		(186)	-	(186)
Uso do bem público - UBP		(1.446)	(83)	(1.529)
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.709)</b>	<b>(89)</b>	<b>(1.798)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>5.475</b>	<b>(78)</b>	<b>5.397</b>
	Taxa média anual de amortização	01/01/2019	Adições	31/12/2019
		Reapresentado		Reapresentado
<b>Em serviço</b>				
Servidões (*)	0%	4.303	-	4.303
Software	20%	77	24	101
Outros intangíveis	19%	187	-	187
Uso do bem público - UBP	3%	2.593	-	2.593
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>7.160</b>	<b>24</b>	<b>7.184</b>
<b>Amortização</b>				
Software		(74)	(3)	(77)
Outros intangíveis		(158)	(28)	(186)
Uso do bem público - UBP		(1.363)	(83)	(1.446)
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.595)</b>	<b>(114)</b>	<b>(1.709)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>5.565</b>	<b>(90)</b>	<b>5.475</b>

\*Servidões referem-se a uma faixa de terra que interligam a rede de transmissão. Conforme manual de controle patrimonial do setor elétrico, servidões não tem depreciação.

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O valor foi estabelecido em contrato de concessão, atualizado, e descontado a valor presente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Para fins de reconhecimento inicial foi mensurado pelo custo histórico.

## 10 Intangível - Continuação

### Passivo relacionado ao Uso do bem público

	2018	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	2019	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	2020
Passivo circulante	429	-	(436)	458	451	-	(446)	445	450
Passivo não circulante	3.397	707	-	(458)	3.646	327	-	(445)	3.528
Total	<u>3.826</u>				<u>4.097</u>				<u>3.978</u>

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, no qual a Companhia recolherá as parcelas mensais a serem pagas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original na data base de agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

## 11 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do uso do serviço de transmissão	551	530
Materiais e serviços	5.023	2.992
Retenção contratual	196	130
Compra de energia	1.499	1.200
	<u>7.269</u>	<u>4.852</u>

## 12 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	15/03/2027	TJLP + 2,44%	328	17.452	17.780	15.982	91.621	97.612

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção e a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Foz do Rio Claro Energia S/A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE- Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

## 12 Empréstimos e financiamentos - Continuação

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de junho de 2008 a agosto de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 2,44% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 2 de junho de 2010: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

- Índice de capitalização  $\geq 25\%$
- Índice de cobertura de serviço da dívida  $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
<b>Moeda nacional</b>									
BNDES	128.860	10.228	(15.610)	(9.884)	113.594	7.940	(8.115)	(4.018)	109.401

- (c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
17.452	17.452	17.452	17.452	17.452	4.361	91.621

Em 15 de maio de 2020, a Companhia aderiu o programa *stanstill* do BNDES que consistiu na suspensão temporária, por seis meses dos pagamentos de principal e juros, sem alteração dos termos finais do prazo de amortização da dívida, os valores foram reconhecidos no saldo devedor.

## 13 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u></b>		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	857	759
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	461	413
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	153	151
Programa de Integração Social - PIS	183	165
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	844	760
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	15	100
Outros	71	131
	<b><u>2.584</u></b>	<b><u>2.479</u></b>

## 14 Provisões para contingências

A Companhia realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da Administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, cujo valor em risco da causa, supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam nas Notas Explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perdas sejam classificadas como remota.

**(A) Perda provável:** a Companhia figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa Administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

### (i) Demandas cíveis:

Ação de Execução nº 00503476720108160001, proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer o pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de contrato de empreitada total. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.508 (R\$ 4.278 em 31 de dezembro de 2019). O valor correspondente a R\$ 2.506 do montante das contendas cíveis, os quais já possuem notas fiscais emitidas, estão registradas na rubrica de Fornecedores.

**(ii) Demandas trabalhistas:** um processo judicial de natureza trabalhista (quatro em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado de R\$ 28 (R\$ 589 em 31 de dezembro de 2019).

	31/12/2018	Ingressos	Reversões	Pagamentos	31/12/2019	Ingressos	Reversões	31/12/2020
<b><u>Processos judiciais</u></b>								
Trabalhista	635	95	(141)	-	589	-	(561)	28
Cível	1.532	294	-	(133)	1.693	1.309	-	3.002
	<b><u>2.167</u></b>	<b><u>389</u></b>	<b><u>(141)</u></b>	<b><u>(133)</u></b>	<b><u>2.282</u></b>	<b><u>1.309</u></b>	<b><u>(561)</u></b>	<b><u>3.030</u></b>

## 14 Provisões para contingências - Continuação

**(B) Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 merecem destaques as seguintes demandas:

**(i) Demandas tributárias:** atualmente existem treze processos de natureza tributária (quatorze em 31 de dezembro de 2019), com valor em risco aproximado em R\$ 1.204 (R\$ 1.207 em 31 de dezembro de 2019).

**(ii) Demandas cíveis:** atualmente existem três processos de natureza cível (cinco em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 21.693 (R\$ 29.000 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda, valendo mencionar individualmente os seguintes:

Ação de Execução nº 00503424520108160001, proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.726 (R\$ 2.059 em 31 de dezembro de 2019);

Ação de Execução nº 00503433020108160001, proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.293 (R\$ 1.730 em 31 de dezembro de 2019);

Ação de Cobrança nº 00316184620178160001, proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a condenação referente à multa por rescisão contratual e lucros cessantes. O valor em risco aproximado é de R\$ 16.674 (R\$ 13.053 em 31 de dezembro de 2019).

**(iii) Demandas trabalhistas:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(iv) Demandas arbitrais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(v) Demandas ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(vi) Demandas regulatórias:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

## 15 Patrimônio líquido

### 15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

31/12/2020 e 31/12/2019					
Ordinárias		Preferenciais		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	
<b>Acionistas</b>					
Alupar Investimento S/A	67.717.178	100	8.198.360	20	75.915.538
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	32.793.440	80	32.793.440
<b>Total das ações</b>	<b>67.717.178</b>	<b>100</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100</b>	<b>108.708.978</b>

#### Reserva de lucros

**a. Reserva legal**

5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários, até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

**b. Lucros retidos**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.

**c. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Deste modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>26.087</b>	<b>26.306</b>
Reserva legal	(1.304)	(1.352)
<b>Subtotal</b>	<b>24.783</b>	<b>24.954</b>
Dividendo mínimo obrigatório	(6.196)	(6.417)
Reserva de lucros	(18.587)	(18.537)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendo por ação ordinária</b>	<b>0,0570</b>	<b>0,0590</b>
<b>Dividendo por ação preferencial</b>	<b>0,0570</b>	<b>0,0590</b>

## 16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	Reapresentado
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	26.087	26.306
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de ações preferenciais	40.991.800	40.991.800
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$</b>	<b>0,2400</b>	<b>0,2420</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$</b>	<b>0,2400</b>	<b>0,2420</b>

## 17 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>		
Suprimento de energia	76.998	74.432
Ajuste positivo CCEE	2.885	7.314
	<b>79.883</b>	<b>81.746</b>
<b>Deduções</b>		
PIS - Programa de integração social	(519)	(531)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.396)	(2.452)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(745)	(738)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(209)	(213)
	<b>(3.869)</b>	<b>(3.934)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>76.014</b>	<b>77.812</b>

## 18 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>				
	Reapresentado		Reapresentado	
Encargos de uso da rede elétrica	(6.512)	-	(6.176)	-
Compensação financeira	(1.586)	-	(1.928)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(83)	-	(83)	-
Doações, contribuições e subvenções	(71)	-	(66)	-
	<b>(8.252)</b>	-	<b>(8.253)</b>	-
<b>Custos gerenciáveis</b>				
Energia comprada para revenda	(6.605)	-	(5.972)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	20.1	(53)	(1.610)	-
Seguros	(4.223)	(2)	(3.351)	-
Alugueis	(52)	(16)	(57)	(45)
Pessoal	(1.200)	(1.875)	(1.233)	(2.234)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(246)	-	(307)
Material	(718)	(14)	(311)	(18)
Serviços de Terceiros	(1.082)	(1.446)	(1.632)	(974)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	20.1	(1.670)	(1.873)	-
Provisão para contingências	(1.234)	485	(389)	141
Outros	(828)	(69)	(14)	(3)
Outras receitas	-	160	-	-
	<b>(17.665)</b>	<b>(3.023)</b>	<b>(16.442)</b>	<b>(3.440)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(9.934)</b>	<b>(70)</b>	<b>(9.930)</b>	<b>(104)</b>
	<b>(9.934)</b>	<b>(70)</b>	<b>(9.930)</b>	<b>(104)</b>
<b>Total</b>	<b>(35.851)</b>	<b>(3.093)</b>	<b>(34.625)</b>	<b>(3.544)</b>

Os custos e despesas operacionais são classificados entre gerenciáveis e não gerenciáveis, em linha com os requerimentos regulatórios do setor elétrico.

## 19 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	92	735
Outros ganhos financeiros	36	4
	<b>128</b>	<b>739</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.940)	(9.868)
Atualização monetária UBP	(327)	(707)
Outros	(316)	(756)
	<b>(8.583)</b>	<b>(11.331)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(8.455)</b>	<b>(10.592)</b>



## 20 Partes relacionadas

### 20.1 Transações com partes relacionadas

#### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo circulante</b>		
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.	36.742	4.481
Dividendos declarados - FI - FGTS	15.871	1.936
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	49	69
	<u>52.662</u>	<u>6.486</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	142	194
	<u>142</u>	<u>194</u>

#### (B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Custos</b>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	18	(53)	(1.610)
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	18	(1.670)	(1.873)
		<u>(1.723)</u>	<u>(3.483)</u>

(\*)A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto serviços de operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

## 20.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/03/27	201.630	109.401
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 10419030088600 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	1.313	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	2.308	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	04/03/11	Indeterminado	3.302	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100419110099700 - ONS	21/11/19	23/11/21	1.027	1.027

## 20.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Remuneração alta administração</b>		
Benefícios de curto prazo (a)	(205)	(258)
Remuneração do conselho	(41)	(49)
<b>Total</b>	<b>(246)</b>	<b>(307)</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 21 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Apuração Lucro Presumido</b>				
Faturamento e Liquidação CCEE	79.883	79.883	81.746	81.746
Presunção do lucro - 8% / 12%	6.391	9.586	6.540	9.809
Outras Receitas	160	160	-	-
Receita financeira	128	128	739	739
<b>Base de cálculo IR e CS</b>	<b>6.679</b>	<b>9.874</b>	<b>7.279</b>	<b>10.548</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	<b>1.646</b>	<b>889</b>	<b>1.796</b>	<b>949</b>
Outros ajustes	(5)	(2)	-	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>1.641</b>	<b>887</b>	<b>1.796</b>	<b>949</b>
Alíquota efetiva	<b>8,83%</b>		<b>9,22%</b>	
<b>LAIR</b>	<b>28.615</b>	<b>28.615</b>	<b>29.051</b>	<b>29.051</b>

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### 22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	2.712	2.712	23.357	23.357	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	57.291	57.291	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.960	6.960	7.756	7.756	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.168	10.168	11.394	11.394	-	Custo amortizado
	<b>77.131</b>	<b>77.131</b>	<b>42.507</b>	<b>42.507</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	7.269	7.269	4.852	4.852	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	109.401	109.401	113.594	113.594	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.978	3.978	4.097	4.097	-	Custo amortizado
	<b>120.648</b>	<b>120.648</b>	<b>122.543</b>	<b>122.543</b>		

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

### 22.1 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

### *Análise de sensibilidade*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		1,69%	2,54%	3,38%	4,23%	5,07%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	57.291	968	1.452	1.936	2.421	2.905
Títulos e Valores mobiliários	CDI	6.960	118	176	235	294	353

### *Análise de sensibilidade das dívidas*

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário:

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%
BNDES	TJLP +	109.401	5.129	6.359	7.589	8.819	10.049

## Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### *Risco de crédito*

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

### *Risco de regulação*

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE expõe a Companhia à um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. O seguro do risco hidrológico é tratado na nota explicativa nº 7 - Despesas pagas antecipadamente.

### ***Risco de Descontratação***

Todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	7.270	-	-	-	-	7.270
Empréstimos e financiamentos	9.054	8.726	34.904	52.356	4.361	109.401
<b>Total</b>	<b>16.324</b>	<b>8.726</b>	<b>34.904</b>	<b>52.356</b>	<b>4.361</b>	<b>116.671</b>

### Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	Reapresentado
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(17.829)	(16.051)
Não circulante	(91.763)	(97.806)
Dívida total	(109.592)	(113.857)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos valores mobiliários	66.963	31.113
Dívida líquida	(42.629)	(82.744)
Patrimônio líquido	203.288	223.397
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,21</b>	<b>0,37</b>

## 23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 468 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2019) referente à benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários, que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e os correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.573.269	587	18/06/2021
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	234	18/06/2021
Seguro de veículos	<u>100% Tabela Fipe</u>	<u>6</u>	19/06/2021
<b>Total</b>	<u>2.073.269</u>	<u>827</u>	

(\*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

## 25 Eventos subsequentes

Em 12 de janeiro de 2021, a Companhia e a Construtora Triunfo transigiram, e o pagamento foi realizado no dia 18 de janeiro de 2021, totalizado o valor de R\$ 6.900, sendo encerradas todas as causas judiciais relacionadas ao tema.

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019 no valor de R\$ 6.417.

Em 29 de abril de 2021, a Companhia realizou o pagamento dos dividendos adicionais do exercício de 2020 no valor de R\$ 40.000.

Em 24 de agosto de 2021, a controladora (Alupar Investimento S.A.) da Companhia exerceu o seu direito para aquisição da totalidade das ações preferenciais detidas pelo acionista minoritária FI-FGTS. Com esta aquisição a participação a Alupar Investimento S.A. elevou sua participação total de 69,83% (sessenta e nove, oitenta e três por cento) para 100,00% (cem por cento) do capital Social da Companhia.

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020 no valor de R\$ 6.365.

\* \* \*

**Contadora**  
Patrícia N. S. Ferreira  
**CRC 1SP237063/O-2**